

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10314.000837/95-21
SESSÃO DE : 25 de junho de 1998
ACÓRDÃO N° : 303-28.914
RECURSO N.º : 119.155
RECORRENTE : TRUFANA TÊXTIL S/A
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

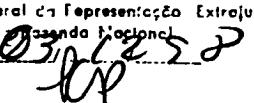
“DRAWBACK” - Inadimplemento do compromisso de exportação.
Incabível pedido de retificação do Relatório de Comprovação, para inclusão de mercadorias exportadas intempestivamente.
Inaplicável a TRD no período de fevereiro a julho de 1991, em face do advento da IN/SRF nº 32/97.
RECURSO DESPROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso quanto a exigência dos impostos e multa. E, por maioria de votos, em excluir de ofício a TRD no cálculo dos juros de mora no período de fevereiro a Julho de 91, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado Vencidos os conselheiros Manoel D'Assunção Ferreira Gomes, relator, Nilton Luiz Bartoli e Isalberto Zavão Lima que excluíam, também, a multa de mora. Designada para redigir o voto quanto à multa de mora a conselheira Anelise Daudt Prieto.

Brasília-DF, em 25 de junho de 1998


JOÃO HOLANDA COSTA
Presidente

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral da Representação Extrajudicial
Em 03/06/98



MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES
Relator

03 DEZ 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: GUINÉS ALVAREZ FERNANDES, TEREZA CRISTINA GUIMARÃES FERREIRA (Suplente). Ausente o Conselheiro: SÉRGIO SILVEIRA MELO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 119.155
ACÓRDÃO N° : 303-28.914
RECORRENTE : TRUFANA TÊXTIL S/A
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP
RELATOR(A) : MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES

RELATÓRIO

Vistos e examinados os autos do presente processo o qual trata do Auto de Infração de fls. 01/06, lavrado e cientificado em 16/02/95, pela autoridade fiscal que constatou ter havido falta de recolhimento do I.I, em decorrência de perda do direito ao incentivo, conforme Relatório de Comprovação de *Drawback* nº 18-94/1485-0, de 23/11/94, referente ao Ato Concessório nº 18-90/144-8. A empresa em epígrafe obteve o regime de *drawback* para mercadorias discriminadas, na D.I 021561/90, como “fios de raion de viscose”, e desembaraçadas com suspensão de tributos, sob amparo do Ato Concessório nº 18-90/144-8 (fls. 09), com prazo de exportação até 21/10/90, prorrogado até a data de 18/07/91 (fls. 12). Esgotado o prazo concedido, o DECEX emitiu, em 23/11/94, o Relatório de Comprovação “*Drawback*” (fls. 013/016), informando a parcela das mercadorias não exportada pelo beneficiário do regime. Em consequência, lavrou-se o Auto de Infração já mencionado, pelo qual a autuada ficou obrigada ao pagamento dos tributos, com base no art. 319 do R.A/85, acrescido de juros de mora e multa do art. 530, resultando num crédito tributário no valor de 19.014,93 UFIR's.

Tempestivamente, em 24/03/95, a ora recorrente apresentou sua Impugnação (fls. 23), juntando os documentos de fls. 24/33, onde alega, em síntese, que protocolizou junto ao GECEX, em 07/07/94, expediente encaminhando os documentos de comprovação das exportações efetuadas.

Em 28/08/95, o Sr. Delegado da DRF de Julgamento /São Paulo - SP julgou procedente a ação fiscal, com a seguinte ementa:

“ **EMENTA: DRAWBACK - Inadimplemento do compromisso de exportação. Incabível pedido de retificação do Relatório de Comprovação, para inclusão de mercadorias exportadas intempestivamente.**”

Fundamenta o Sr. Delegado que:

1) ficou comprovado o inadimplemento parcial do compromisso de exportação assumido pela autuada, perante DECEX;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 119.155
ACÓRDÃO N° : 303-28.914

2) na impugnação, a autuada limitou-se a alegar que solicitou ao DECEX, reabertura do processo de drawback, enviando-lhe os documentos que comprovavam as exportações efetuadas pela empresa;

3) o exame dos autos revela que os citados documentos já foram devidamente apreciados pelo DECEX quando este emitiu o Relatório de Comprovação que ensejou a ação fiscal;

Em 23/10/95, a ora recorrente interpôs, tempestivamente, o Recurso Voluntário (fls. 40), anexando os documentos de fls. 41/65, onde informa que em 21/02/91 foi comprovado 122,180 Kg de Fio de Rayon no valor FOB de US\$ 12.077,94, cujo relatório comprova drawback , protocolado no Banco do Brasil, em 22/01/93.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 119.155
ACÓRDÃO N° : 303-28.914

VOTO VENCEDOR EM PARTE

Esta Câmara, por maioria de votos, discordou da decisão do ilustre relator quanto à retirada da multa de mora, considerando que a matéria não fora objeto de contestação expressa pelo contribuinte e que, portanto, não poderia sequer ser apreciada.

Em que pese não ter sido, também, expressamente contestada, a apreciação da aplicação da TRD no período de 04/02/91 a 29/07/91 foi julgada pertinente, face ao advento da Instrução Normativa SRF nº 32, de 9 de abril de 1997, que determinou a sua subtração. Em consequência, a Câmara decidiu por sua exoneração, de ofício.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1998


ANELISE DAUDT PRIETO

Relatora Designada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 119.155
ACÓRDÃO N° : 303-28.914

VOTO VENCIDO EM PARTE

O recurso interposto pelo recorrente, ora em julgamento, não traz aos autos nenhum elemento novo que enseje na reforma da decisão “a quo”.

De fato, ficou comprovado, nas fls. 16, que o ora recorrente exportou apenas parte da mercadoria por ele importada com suspensão de tributos, sob amparo do Ato Concessório 18-90/144-8 (fls.09), com prazo de exportação até 21/10/90, prorrogado até a data de 18/07/91 (fls.12).

Ademais, o documento de fls. 43 comprova que outra parte da mercadoria importada sob o amparo do mesmo Ato Concessório foi exportada, mas em data posterior à data limite, tendo ocorrido o embarque já no ano de 1992.

Em face do exposto, conheço do recurso por tempestivo, para no mérito, denegar-lhe provimento quanto à exigência dos impostos e para excluir a multa de mora e a TRD, referente aos meses de Fevereiro a Julho 91.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1998.



MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES - Conselheiro